

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. 1. Aquisição de MATERIAL DE PINTURA E ACABAMENTO para atender as demandas das Unidades Escolares e da Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Friburgo, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e inciso I do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal
1.4	Período:	1 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço unitário por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6. Aquisição de MATERIAL DE PINTURA E ACABAMENTO para atender as demandas das Unidades Escolares e da Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Friburgo pelo período de 1 (um) ano, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
COTA EXCLUSIVA				
1	ARGAMASSA AC II - Composição: Cimento, Agregados Minerais e Aditivos. Aplicação: assentamento de cerâmica em paredes e pisos. Características adicionais: Colante de uso externo. Apresentação: Pó - Normas Técnicas: Nbr 14081. (Embalagem contendo 20kg). OBS.: A QUALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	500

2	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO - Composição: Cimento Especial/ Polímeros/ Quartzos/ Aditivos Características. Adicionais: colante de uso interno. (Embalagem contendo 20kg). OBS.: A QUALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	300
3	BANDEJA PARA PINTURA - Capacidade de 2,7 litros. Ideal para uso de garfo e rolo de 23 cm.		U	250
4	CAÇAMBA PRETA PARA PINTURA - Capacidade 10 litros.		U	120
5	CAIXA PLÁSTICA PARA MASSA – Capacidade 20 litros.		U	50
6	IMPERMEABILIZADOR DE PAREDES PARA PINTURA Composição: Resina a base de dispersão aquosa de copolímero estireno-acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, alcoóis e tensoativos e toxilados. Impermeabilizante Manta Líquida D3, monocomponente, 100% atóxico de base acrílica, flexível, com formação de manta vulcanizada a frio. Galão 3,6 litros OBS.: A QUALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	150
7	LIXA FERRO E AÇO 225 X 275mm 221t Grão 80.		U	50
8	LIXA FERRO E AÇO 225 X 275mm 221t Grão 100.		U	100
9	LIXA FERRO E AÇO 225 X 275mm 221t Grão 150.		U	100
10	LIXA PARA MASSA E MADEIRA – Grão 60 – 225 X 275mm – Papel kraft leve – Óxido de alumínio – Adesivo vegetal/resina.		U	200
11	LIXA PARA MASSA E MADEIRA – Grão 100 – 225 X 275mm – Papel kraft leve – Óxido de alumínio – Adesivo vegetal/resina.		U	200
12	MASSA CORRIDA ACRÍLICA - 18 litros OBS.: A QUALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		BL	40
13	MASSA CORRIDA ACRÍLICA - 3,6 litros OBS.: A QUALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		GL	30
14	ROLO 09 CM POLIÉSTER COM ESPUMA DE DENSIDADE 30. (Refil)- resistente a solventes.		U	100
15	ROLO 23 CM 100% DE LÃ EXTRA – LONGA E DENSA (Refil) - resistente a solventes.		U	150
16	ROLO COM ESPUMA 15 CM 100% POLIÉSTER + GARFO TAMANHO MÉDIO - resistente a solventes.		U	80
17	ROLO COM ESPUMA 5 CM 100% POLIÉSTER + GARFO TAMANHO PEQUENO - resistente a solventes.		U	150
18	ROLO DE LÃ 100% NATURAL 23 CM COM SUPORTE/GARFO DE AÇO - resistente a solventes.		U	50
19	ROLO DE LÃ 15 CM COM SUPORTE/GARFO DE AÇO - resistente a solventes.		U	100
20	ROLO DE LÃ 23 CM PELE DE CARNEIRO PARA ACABAMENTOS - com garfo incluso – resistente a solventes.		U	175

21	ROLO DE MICROFIBRA 09 CM COM SUPORTE/GARFO DE AÇO (Refil) - resistente a solventes.		U	100
22	SOLVENTE PARA TINTA (tipo: AGUARRÁS) multiuso. Embalagem com 5 LITROS.		U	50
23	SOLVENTE PARA TINTA (tipo: THINNER) multiuso. Embalagem com 900 ml.		U	50
24	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – AMARELO Composição: Resina à base d'água secagem rápida (acetinado e fosco), hidrocarbonetos alifáticos, secantes organometálicos. Não contém benzeno. Galão 3,6 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		GL	20
25	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – AZUL DEL REY Composição: Resina à base d'água secagem rápida (acetinado e fosco), hidrocarbonetos alifáticos, secantes organometálicos. Não contém benzeno. Galão 3,6 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		GL	100
26	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – BRANCO NEVE Composição: Resina à base d'água secagem rápida (acetinado e fosco), hidrocarbonetos alifáticos, secantes organometálicos. Não contém benzeno. Galão 3,6 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		GL	50
27	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – CINZA PLATINIUM Composição: Resina à base d'água secagem rápida (acetinado e fosco), hidrocarbonetos alifáticos, secantes organometálicos. Não contém benzeno. Galão 3,6 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		GL	50
28	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – LARANJA Composição: Resina à base d'água secagem rápida (acetinado e fosco), hidrocarbonetos alifáticos, secantes organometálicos. Não contém benzeno. Galão 3,6 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		GL	50
29	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – MARRON Composição: Resina à base d'água secagem rápida (acetinado e fosco), hidrocarbonetos alifáticos, secantes organometálicos. Não contém benzeno. Galão 3,6 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		GL	25
30	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM - PRETO Composição: Resina à base d'água secagem rápida (acetinado e fosco),		GL	20

	hidrocarbonetos alifáticos, secantes organometálicos. Não contém benzeno. Galão 3,6 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.			
31	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM - VERDE Composição: Resina à base d'água secagem rápida (acetinado e fosco), hidrocarbonetos alifáticos, secantes organometálicos. Não contém benzeno. Galão 3,6 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		GL	100
32	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – VERMELHO Composição: Resina à base d'água secagem rápida (acetinado e fosco), hidrocarbonetos alifáticos, secantes organometálicos. Não contém benzeno. Galão 3,6 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		GL	50
33	TINTA PARA PISO - TIPO AMARELO CONFORME NORMA NBR 14725. Composição: Resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno-acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, alcoóis e tenso-ativos e toxilados e carboxilados. Balde 18 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	50
34	TINTA PARA PISO – TIPO AZUL CONFORME NORMA NBR 14725. Composição: Resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno-acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, alcoóis e tenso-ativos e toxilados e carboxilados. Balde 18 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	100
35	TINTA PARA PISO – TIPO BRANCO CONFORME NORMA NBR 14725. Composição: Resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno-acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, alcoóis e tenso-ativos e toxilados e carboxilados. Balde 18 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	100
36	TINTA PARA PISO – TIPO CINZA CONFORME NORMA NBR 14725. Composição: Resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno-acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, alcoóis e tenso-ativos e toxilados e carboxilados. Balde 18 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA		U	100

	DATA DE ENTREGA.			
37	TINTA PARA PISO – TIPO VERDE CONFORME NORMA NBR 14725. Composição: Resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno-acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, alcoóis e tenso-ativos e toxilados e carboxilados. Balde 18 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	50
38	TINTA SPRAY- BRANCO - Resistente às intempéries, com excelente acabamento, alto rendimento, secagem rápida e fácil aplicação. Rendimento Aproximado: de 1,6 m² a 2,1 m² por embalagem, por demão. (Embalagem contendo de 350ml a 400ml). OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	30
39	TINTA SPRAY - MARROM - Resistente às intempéries, com excelente acabamento, alto rendimento, secagem rápida e fácil aplicação. Rendimento Aproximado: de 1,6 m² a 2,1 m² por embalagem, por demão. (Embalagem contendo de 350ml a 400ml). OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	50
40	TINTA SPRAY - PRETO - Resistente às intempéries, com excelente acabamento, alto rendimento, secagem rápida e fácil aplicação. Rendimento Aproximado: de 1,6 m² a 2,1 m² por embalagem, por demão. (Embalagem contendo de 350ml a 400ml). OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	50
41	TRINCHA DE ¾" – Com cabo longo e de PVC e pelo de orelha de boi.		U	150
42	TRINCHA DE ½" - Com cabo curto e de madeira e pelo de orelha de boi.		U	150
43	TRINCHA DE 2" – Com cabo curto e de madeira e pelo de orelha de boi.		U	200
44	VERNIZ PREMIUM de alta proteção / externo e interno. 3,6 litros – Incolor. OBS.: A QUALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		GL	30
45	VERNIZ PREMIUM tingidor 3,6 litros – Mogno. OBS.: A QUALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		GL	20
COTA RESERVADA				
46	ESMALTE MULTISSUPERFÍCIES ACETINADO/ TINTA EPÓXI (produto formado por meio de um epóxido) à base de água. Indicado para diversas superfícies: madeira, metal, azulejo, pastilhas, vidro e alvenaria. TINTA PREMIUM. Galão de 3,6 litros. Cor: Branca Neve.		GL	87

47	TINTA EMBORRACHADA PREMIUM TIPO AZUL TURQUESA FOSCO Composição: Água, resina 100% acrílica elastomérica em dispersão aquosa, aditivos, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais, espessantes, tensoativos, fungicida e bactericida à base de isotiazolinonas. Consultar FISPQ - Ficha de Segurança do Produto Químico. Alta flexibilidade a características impermeabilizantes. Resistência contra mofo, lavável e sem odor. Balde de 18 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	75
48	TINTA EMBORRACHADA PREMIUM TIPO BRANCO FOSCO Composição: Água, resina 100% acrílica elastomérica em dispersão aquosa, aditivos, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais, espessantes, tensoativos, fungicida e bactericida à base de isotiazolinonas. Consultar FISPQ - Ficha de Segurança do Produto Químico. Alta flexibilidade a características impermeabilizantes. Resistência contra mofo, lavável e sem odor. Balde de 18 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	75
COTA PRINCIPAL				
49	ESMALTE MULTISSUPERFÍCIES ACETINADO/ TINTA EPÓXI (produto formado por meio de um epóxido) à base de água. Indicado para diversas superfícies: madeira, metal, azulejo, pastilhas, vidro e alvenaria. TINTA PREMIUM. Galão de 3,6 litros. Cor: Branca Neve.		GL	263
50	TINTA EMBORRACHADA PREMIUM TIPO AZUL TURQUESA FOSCO Composição: Água, resina 100% acrílica elastomérica em dispersão aquosa, aditivos, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais, espessantes, tensoativos, fungicida e bactericida à base de isotiazolinonas. Consultar FISPQ - Ficha de Segurança do Produto Químico. Alta flexibilidade a características impermeabilizantes. Resistência contra mofo, lavável e sem odor. Balde de 18 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	225
51	TINTA EMBORRACHADA PREMIUM TIPO BRANCO FOSCO Composição: Água, resina 100% acrílica elastomérica em dispersão aquosa, aditivos, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais, espessantes, tensoativos, fungicida e bactericida à base de isotiazolinonas. Consultar FISPQ - Ficha de Segurança do Produto Químico. Alta flexibilidade a características impermeabilizantes. Resistência contra mofo, lavável e sem odor. Balde de 18 litros. OBS.: A QUALIDADE DA TINTA DEVERÁ OBEDECER AO PADRÃO 1ª LINHA. DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		U	225

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 29.978/2023.

1.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.10. Todas as especificações técnicas e configurações constantes no presente Termo de Referência são mínimas, podendo a empresa oferecer produtos superiores na vigência do contrato, que será decorrente de atas de registro de preços e serão estabelecidas em conformidade com as disposições nelas contidas nos termos do capítulo V da lei 14.133/2021;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento de contratação pública, para aquisição de MATERIAL DE PINTURA E ACABAMENTO para atender as demandas das Unidades Escolares e da Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Friburgo;

2.2. A presente aquisição de MATERIAL DE PINTURA E ACABAMENTO tem por finalidade a realização de pequenos reparos e manutenções nas Unidades Escolares Municipais, visto que a equipe de profissionais do setor de infraestrutura da Secretaria Municipal de Educação atende às demandas de toda Rede Municipal de Ensino, proporcionando uma necessária e adequada condição de estudo, de trabalho e muitas vezes atendendo determinações da Vigilância Sanitária. Ao mesmo tempo, modernizando as Escolas e as Creches com a revitalização de paredes e espaços, auxiliando nas atividades educacionais, garantindo condições de trabalho mais agradáveis, seguras e higiênicas;

2.3. A aquisição desse material faz-se necessária, pois dependemos dele para a realização de pequenos reparos e manutenções nos espaços escolares. Assegurando um ambiente pintado, limpo e organizado do ponto de vista sanitário e de saúde, para receber alunos, professores e funcionários de forma tranquila e com segurança. A limpeza e a desinfecção de superfícies são elementos que convergem para a sensação de bem-estar, segurança e conforto de todos, corroborando também para o controle das infecções relacionadas à assistência à saúde. A aquisição dos materiais em tela deverá possuir características básicas, dentro dos padrões de qualidade desejado e na forma mais vantajosa para a Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A solução que melhor atende esta municipalidade é a contratação realizada através de processo licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, com fundamento no art. 28, inciso I e no art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021, tipo de julgamento: menor preço unitário por item, junto a fornecedores no mercado local, regional e nacional, podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, **via Sistema de Registro de Preços**.

3.2. O Sistema de Registro é uma ferramenta que simplifica e otimiza os processos de licitação para a Administração Pública. Entre as várias vantagens, podemos citar o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, o aumento na eficiência administrativa, a redução do número de licitações redundantes, a rapidez na contratação e total liberdade para a pasta licitante que pode ou não efetuar a aquisição. Em atenção as disposições do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, justificamos a utilização do respectivo procedimento auxiliar nos termos do art. 3º, incisos I e II, do respectivo diploma legal:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas
ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1. Para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

4.1.1.1.2. Deverá ser apresentada a comprovação que o fabricante das tintas, solventes e dos itens cuja fabricação ou industrialização esteja enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, possua registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadora de Recursos Ambientais (CTF/APP) conforme regulamentação determinada pela Instrução Normativa 06/2013 do IBAMA;

4.1.1.1.3. O comerciante de produtos farmacêuticos, de tintas e solventes, de fertilizantes e detergentes, por exemplo, não se enquadra como gerador, apenas o fabricante é considerado gerador de resíduos perigosos.

4.1.2. Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.1.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.1.4. Da exigência de amostra

No intuito de adquirirmos produtos de 1ª qualidade, oriundos de fontes renováveis/sustentáveis e que não agredam o meio ambiente e os usuários desses materiais, a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de solicitar amostras e seus respectivos certificados para comprovar a qualidade do material licitado.

4.1.4.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados;

4.1.4.2. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- A) Item 46 e 49 - ESMALTE MULTI-SUPERFÍCIES ACETINADO/ TINTA EPÓXI;
- B) Item 06 - IMPERMEABILIZADOR DE PAREDES PARA PINTURA;
- C) Item 47 e 50 - TINTA EMBORRACHADA PREMIUM TIPO AZUL TURQUESA FOSCO;
- D) Item 48 e 51 - TINTA EMBORRACHADA PREMIUM TIPO BRANCO FOSCO;
- E) Item 24 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – AMARELO;
- F) Item 25 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – AZUL DEL REY;
- G) Item 26 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – BRANCO NEVE;
- H) Item 27 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – CINZA PLATINUM;
- I) Item 28 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – LARANJA;
- J) Item 29 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – MARRON;
- K) Item 30 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM - PRETO;
- L) Item 31 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM - VERDE;
- M) Item 32 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM – VERMELHO;
- N) Item 33 - TINTA PARA PISO - TIPO AMARELO CONFORME NORMA NBR 14725;
- O) Item 34 - TINTA PARA PISO – TIPO AZUL CONFORME NORMA NBR 14725;
- P) Item 35 - TINTA PARA PISO – TIPO BRANCO CONFORME NORMA NBR 14725;
- Q) Item 36 - TINTA PARA PISO – TIPO CINZA CONFORME NORMA NBR 14725;
- R) Item 37 - TINTA PARA PISO – TIPO VERDE CONFORME NORMA NBR 14725;
- S) Item 38 - TINTA SPRAY- BRANCO;
- T) Item 39 - TINTA SPRAY - MARROM;
- U) Item 40 - TINTA SPRAY - PRETO;

4.1.4.3. As amostras deverão ser entregues no endereço: Rua Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D'Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220, Tel: (22) 2529-3388, Ref: Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3, no prazo limite estabelecido no edital, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.1.4.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

4.1.4.5 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

4.1.4.6. As amostras serão avaliadas de acordo com as especificações do Termo de Referência pelo Coordenador do Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Educação;

4.1.4.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- A) Estabilidade;
- B) Cobertura;
- C) Rendimento;
- D) Aplicabilidade;
- E) Alastramento;
- G) Secagem;
- H) Lavabilidade;
- I) Durabilidade.

4.1.4.8.Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;

4.1.4.9.Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência;

4.1.4.10.Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;

4.1.4.11.Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 20 (vinte) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.1.4.12.Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O fornecimento será efetuado conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pelo setor de **ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta dias) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente, no seguinte endereço:

Nome do requisitante:	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação
Endereço de entrega:	Rua: Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D’Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220

Tel: (22) 2529-3388

Ref: Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3, subida em frente ao restaurante Toca da Raposa e a fábrica de tubos Santa Paula.

Horário de entrega e descarga: De 07:30 até às 14:30 horas - de segunda a quinta-feira (impreterivelmente).

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, juntamente com a nota fiscal pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente prazo de 3 (três) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do artigo 140, § 2º da Lei 14.133/2021;

5.8. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

5.9. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);
- 6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);
- 6.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);
- 6.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);
- 6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);
- 6.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);
- 6.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º)
- 6.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).
- 6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- 6.11. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21;

6.12. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto;

6.13. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.14.O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.15. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.16.A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.17.Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.17.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da contratação licitada;

6.17.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.17.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.17.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A (s) Nota (s) Fiscal (is) deverá ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7.2. Da liquidação da despesa:

7.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.3 Do pagamento da despesa:

7.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade: Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço por item).

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

- A) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- B) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- C) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- D) O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- E) Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- F) É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- G) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- H) Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- I) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.3. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.3.1. Habilitação Jurídica:

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; OU

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

E) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- G) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- H) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem

como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

8.6. As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

8.7. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

8.8. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

8.9. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a

aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 - fraudar a licitação

10.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 - advertência;

10.2.2 - multa;

10.2.3 - impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 - as peculiaridades do caso concreto

10.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

10.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar

defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria Municipal de Educação	22002.1236100542.140 22003.1236500642.160 22004.1236500732.177	1550000000000 150010010000	339030 - 19

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

14.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 31 de janeiro de 2024

ELABORADOR	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Miguel Ângelo Bueno Fernandes Matr.: 116.275	<hr/> Fernando Samuel de Lima Matr.: 107.445

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein
Secretária Municipal de Educação
Matr.: 990.953